

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.091 - MT (2019/0125838-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : DIOGO TELES CADETTE (PRESO)
AGRAVANTE : JHONATAN ALVES VENTURA
ADVOGADO : RAFAEL PANZARINI - MT010426
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por DIOGO TELES CADETTE e OUTRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO, assim ementado:

APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO MAJORADO PELO EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE AGENTES - CONDENAÇÃO - IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA 1 - INÉPCIA DA DENÚNCIA - PROLAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA - PERDA DE OBJETO 2 - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - CONJUNTO PROBATÓRIO APTO A MANTER A CONDENAÇÃO - PALAVRA DAS VÍTIMAS ALICERÇADA EM JUÍZO PELOS DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS QUE ATENDERAM A OCORRÊNCIA 3 - REDIMENSIONAMENTO DA PENA - POSSIBILIDADE - ADEQUAÇÃO PROPORCIONAL DA PENA DE MULTA - DIMINUIÇÃO DO QUANTUM MAJORADO PELA PREPONDERÂNCIA DA REINCIDÊNCIA SOBRE A ATENUANTE DA CONFISSÃO - RECONHECIMENTO DA FRAÇÃO DE 1/5 PELO CONCURSO FORMAL DE CRIMES RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS

1. Fica superada a alegação da inépcia da denúncia, não havendo sentido em decidir acerca da questão se já entendeu a sentença haver elementos probatórios suficientes da conduta delitiva, tanto que o acolhimento formal e material da acusação, motivou a condenação.

2. Resta incabível a pretensão absolutória, uma vez que há nos autos provas suficientes quanto a participação do apelante na autoria do delito de roubo, sendo coeso o depoimento da vítima e das testemunhas com os demais elementos de provas colhidos nos autos.

3. A pena de multa deve ser readequada quando se verificar que ao ser fixada não guardou correlação com a pena corpórea da mial é acessória. Sendo o réu multirreincidente deve ser a agravante preponderante à confissão espontânea, entretanto o quantum deve ser fixado dentro dos limites necessários para assegurar o caráter punitivo e pedagógico que a sanção deve corresponder. Praticando os réus 03 (três) delitos em concurso formal deve ser aplicada a fração de 1/5 (um quinto) para majorar a pena final, e conformidade com o Enunciado n. 2 da TCCR desta e. Corte.

Recursos parcialmente providos. Penas redimensionadas.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea *a*. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente